



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS  
Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares

*Rel*  
**DSATS**  
A Secretária-Geral

06/09/12

Of.º n.º 6897/MAP - 11 Setembro 06

Exma. Senhora  
Secretária-Geral da  
Assembleia da República  
Conselheira Adelina Sá Carvalho

*Maria do Rosário Boléo*  
Adjunta da Secretária-Geral

S/referência	S/comunicação de	N/referência	Data
Ofício n.º 3796	05-06-2006	Registo n.º 3113	07-06-2006

**ASSUNTO:** RESPOSTA REQUERIMENTO N.º 2197/X (1ª) - AC DE 2 DE JUNHO DE 2006, DOS SENHORES DEPUTADOS ANTÓNIO MONTALVÃO MACHADO E OUTROS (PSD) - CONTRATAÇÃO DOS MEIOS AÉREOS DE COMBATE AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

*José Manuel Ribeiro*  
*Miguel Almeida*  
*Maria Ofélia Moleiro*

Encarrega-me o Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares de enviar cópia do ofício n.º 3955 de 8 de Setembro, do Gabinete do Senhor Ministro de Estado e da Administração Interna, sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

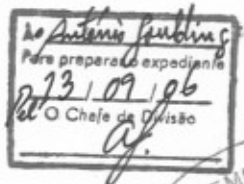
**Á DAPLEN**  
06/09/12

*Anabela*  
A Directora de Serviços

A Chefe do Gabinete

*Maria José Ribeiro*

Maria José Ribeiro



Gabinete da Secretária-Geral

06/09/12

SMM Proc.º n.º 3

NU170489

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
Direcção de Serviços de Apoio Técnico e de Secretariado  
NU 170489 em 06/09/12

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA  
GABINETE DO MINISTRO

Ex.ma Senhora  
Chefe de Gabinete de Sua Excelência  
Ministro dos Assuntos Parlamentares  
Palácio de S. Bento (A.R.)  
1249 - 069 Lisboa

GABINETE DO MINISTRO	
DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES	
Entrada N.º	4820
Processo N.º	8 11 9 11 2006

Of. 3955 08.09.06  
Proc. 941/2006  
Reg. 7607/2006

V/ Referência: Ofício n.º 6632/MAP - 1 de Setembro de 2006

ASSUNTO: Requerimento n.º 2197/X (1ª) - AC de 2 de Junho de 2006  
Contratação dos meios aéreos de combate aos incêndios florestais

Em resposta ao requerimento identificado em epígrafe, encarrega-me o Senhor Ministro de Estado e da Administração Interna de transmitir a V. Ex.ª o seguinte:

1 - Vêm os Senhores Deputados solicitar informação da tutela sobre a contratação dos meios aéreos de combate a incêndios florestais, em particular a discriminação dos custos com:

- a) A aquisição e/ou aluguer das aeronaves relativos a 2006 e anos subsequentes;
- b) A operacionalidade das aeronaves adquiridas e/ou alugadas, designadamente os encargos correspondentes à respectiva tripulação, serviços de manutenção e combustível, relativos a 2006 e anos subsequentes.

2 - Neste sentido, atendendo ao disposto na alínea d) do artigo 156º da Constituição da República Portuguesa, cumpre informar o seguinte:



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA  
GABINETE DO MINISTRO

- a) Consciente do significado do problema dos incêndios florestais, o XVII Governo Constitucional desenvolveu uma nova política de prevenção e combate aos incêndios florestais, a qual envolve a definição de novos mecanismos de ordenamento florestal, a definição de uma nova forma de actuação de meios terrestres de prevenção e combate e a definição de uma nova forma de gestão e actuação dos meios aéreos;
- b) No que concerne aos meios aéreos, o Ministro de Estado e da Administração Interna determinou, em 2005, que se constituísse uma Comissão Especial para o Estudo de Meios Aéreos de Combate aos Incêndios Florestais, comissão constituída por especialistas em protecção civil, em aviação e em prevenção e combate a incêndios florestais;
- c) Essa comissão sublinhou o papel que os meios aéreos desempenham no quadro da prevenção e combate aos incêndios florestais, a saber, o patrulhamento aéreo da área objecto de protecção, quer através de vigilância simples, quer através da denominada "vigilância armada", o ataque rápido ao incêndio, obstando a que o mesmo atinja dimensões elevadas, o ataque a incêndios que decorram em terrenos inacessíveis por equipas terrestres, a descarga de elevadas quantidades de água ou de retardantes sobre o incêndio e em curtos intervalos de tempo, a mudança rápida de um incêndio para o outro, possibilitando a extinção de fogos iniciais distantes entre si, o transporte de homens e equipamentos de combate terrestre, a protecção, busca e salvamento de bombeiros e demais pessoas, o apoio ao sistema de comunicações em zonas muito acidentadas, melhorando a sua fiabilidade, a transmissão de imagens aéreas para o centro de comando e a coordenação global das operações;
- d) Os meios aéreos são, assim, um importante meio de prevenção e combate aos incêndios florestais;
- e) O Estado tem recorrido, sistematicamente, ao aluguer de meios aéreos para constituição do dispositivo de prevenção e combate, celebrando sucessivamente contratos de aluguer de duração anual e cuja aplicação se limitava ao período de



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA  
GABINETE DO MINISTRO

maior incidência de incêndios florestais. O Estado não dispunha, assim, de nenhum meio próprio e permanente, especialmente dirigido para a prevenção e combate aos incêndios florestais, designadamente com capacidade de actuação fora dos períodos objecto da sobredita contratação;

f) Esta situação era única no contexto dos países do sul da Europa, os quais, nesta matéria, partilham com Portugal o mesmo nível de preocupações. Na verdade, os referidos países desde há muito que dispõem de frotas próprias adstritas a esta finalidade, sem prejuízo da sua utilização noutras missões sempre que tal se afigure possível;

g) A situação caracterizava-se, ainda, pela necessidade de, ano após ano, lançar novos concursos e celebrar novos contratos, pela dependência total do Estado face às contingências do mercado, e, conforme resulta dos últimos cinco anos, por um crescendo dos encargos financeiros suportados;

h) Sopesando todos estes factores e, ainda, argumentos de natureza operacional e contratual, a referida comissão entendeu que, por um lado, se justificava a aquisição, ou a locação operacional ou financeira, de meios aéreos próprios permanentes do Estado Português e que, por outro lado, se justificava que a maior parte dos restantes meios aéreos fosse objecto de contratos plurianuais;

i) A contratação de meios sazonais plurianuais permite conferir estabilidade e optimização de meios e condições, favorecendo a criação de experiência nas operações e redução de custos;

j) Neste quadro, a referida comissão propôs que o Estado procedesse à aquisição, ou à locação operacional ou financeira, de quatro aviões pesados, seis helicópteros médios e quatro helicópteros ligeiros, afectando esses meios a título permanente ao serviço do Estado;

k) Foi ainda proposta a contratação de dezasseis helicópteros ligeiros e de quatro helicópteros médios e, bem assim, de catorze aviões, médios e ligeiros para operar no período de maior risco;

A handwritten signature or initials in the bottom right corner of the page.



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA  
GABINETE DO MINISTRO

3 – No seguimento destas recomendações, foram lançados em Novembro de 2005 sete Concursos Públicos Internacionais (CPI), destinados:

- a) À aquisição de 10 helicópteros;
- b) À contratação plurianual, por 3 a 5 anos, dos meios recomendados pela comissão;
- c) À contratação para 2006 e 2007 de 2 aviões pesados que operassem enquanto decorresse o processo de decisão sobre a aquisição de meios deste mesmo tipo;
- d) À contratação para 2006 de 6 helicópteros ligeiros que pudessem colmatar a falta, ainda, de meios permanentes, durante os prazos esperáveis de entrega;

4 – Como resultado destes Concursos Públicos Internacionais foram realizadas as seguintes contratações:

- a) Meios permanentes – 6 helicópteros médios (CPI n.º 1) e 4 helicópteros ligeiros (CPI n.º 2);
- b) Meios sazonais plurianuais – Aluguer de 14 aviões médios ligeiros por três anos (CPI n.º 7), 4 helicópteros médios por três anos (CPI n.º 5) e 16 helicópteros ligeiros por cinco anos (CPI n.º 6), 2 aviões pesados anfíbios por dois anos (CPI n.º 4);
- c) Meios sazonais para 2006 – 6 helicópteros ligeiros.

5 – O dispositivo para 2006 conta, ainda, com 2 helicópteros contratados em 2003, para serviço permanente do SNBPC.

6 – No quadro de aquisição dos meios permanentes, constituiu, igualmente, obrigação do adjudicatário a cedência de aeronaves de substituição para operação no período de 1 de Julho a 30 de Setembro de 2006. Todos os encargos com a referida operação, que envolveu 4 helicópteros médios e 2 helicópteros ligeiros, estão incluídos no preço global da aquisição, não estando fixado um limite máximo de horas de voo.



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA  
GABINETE DO MINISTRO

7 – Os meios permanentes irão ser geridos por uma empresa pública, a criar, podendo ser utilizados noutras missões para além do combate aos incêndios florestais, como sejam as de socorro e assistência a cidadãos e apoio a missões das Forças de Segurança. Frise-se que a manutenção, programada e eventual, das referidas aeronaves constitui uma obrigação contratual da empresa adjudicatária.

8 – No que diz respeito ao aluguer de meios aéreos sazonais plurianuais, em todos os contratos firmados pelo Estado, os encargos correspondentes à respectiva tripulação, serviços de manutenção e combustível estão já incluídos no valor da adjudicação.

9 – Em relação à proposta da Comissão para aquisição de 4 aviões pesados anfíbios, o concurso foi adiado, em virtude das negociações em curso com a Federação Russa para o pagamento da sua dívida a Portugal, através da entrega de aviões pesados Beriev 200, que levaram, aliás, à disponibilização de um aparelho para teste operacional em Portugal nos meses de Julho e Agosto.

10 – Nestes termos, apresenta-se, em anexo, um resumo dos encargos plurianuais com os meios aéreos, contendo os dados solicitados pelos senhores deputados.

11 – Como é patente nos quadros em anexo, foi previsto, para 2006, um dispositivo com uma duração maior (em dias e em horas de operação) do que o planeado para 2005, sendo que, apesar disso, os custos estimados para 2006 são inferiores aos suportados em 2005. Conseguiu-se, igualmente, estabilizar esses preços para os próximos 3 a 5 anos, invertendo a tendência de subida de custo que se vinha verificando.

Com os melhores cumprimentos,

PELA CHEFE DE GABINETE,

(Maria Cristina Bento)

Anexos: 4.

/CP



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

GABINETE DO MINISTRO

CONTRATOS / PROCEDIMENTOS MEIOS AÉREOS 2005

SMBPC

Designação do procedimento	Valor da adjudicação		Custo da hora de voo suplementar		Meios	Duração		Adjudicatário	Data início execução contrato	Data conclusão contrato	Horas voos realizadas (%)		Custo das horas de voo suplementares		Custo total do contrato
	Sem IVA	Com IVA	Sem IVA	Com IVA		Dias	Horas voo				Contratual	Suplementar	Total	Sem IVA	
Conc. Público Internac. nº 12/2005 - 5 helicópteros ligares com turbina	1 962 791,20	1 700,00	5	60	5	625	01.07.2005	Contráfido Helisul/Aeronorte	28.09.2005	394	1 618	670,062	2 632 872,78		
Conc. Público Internac. nº 2/2005 - 22 helicópteros ligares com turbina	7 932 812,00	1 600,00	22	2 050 (h)	22	2 650	01.07.2005	Comáfido Helipontop/Helicavo	25.09.2005	1 112	3 662	1 779,787	9 712 079,65		
Conc. Público Internac. nº 4/2005 - 2 aviões pesados tributos	2 070 350,00	1 800,00	2	90	2	315	24.06.2005	ATA-Aerocoridor	28.09.2005	227	542	428,884	2 499 033,50		
Ajuste directo 4 aviões médios	1 770 000,00	850,00	4	90	4	600	02 aviões a 17.09.2005; 02 aviões a 24.06.2005	ATA-Aerocoridor	02 aviões a 14.09.2005; 02 aviões a 21.09.2005	197	797	167,549	1 937 549,17		
Ajuste directo 8 aviões ligares (h)	1 014 080,00	618,00	8	120	8	1 600	02 aviões a 14.08.2005; 04 aviões a 17.05.2005	Aeronorte	02 aviões a 11.10.2005; 04 aviões a 14.10.2005	385	1 295	234,437	1 248 436,80		
Ajuste directo 2 helicópteros ligares	760 000,00	1 845,00	2	90	2	250	07 e 08.07.2005	Helisul	04 e 05.10.2005	158	408	256,374	1 048 374,40		
Ajuste directo 6 helicópteros (multicópteros) (h)	2 700 000,00	2 250,00	6	60	6	750	01 e 02.07.2005	Aeronorte	28.09.2005 e 09.10.2005	334	1 084	770,504	3 420 604,00		
Ajuste directo 2 aviões pesados tributos (Base Quartel)	489 167,05	1 600,00	2	17	2	60	28.09.2005	ATA-Aerocoridor	15.10.2005	60	60	400 197,95	69 000,00		
Ajuste directo 2 helicópteros ligares (Base Chafes)	80 000,00	1 700,00	2	9,5	2	27	04 a 05.10.2005	Helisul	15.10.2005	27	27	2 318 499,41	25 209 557,69		
Conc. Público Internac. nº 7/2003 - 2 helicópteros médios (com curso plurianual - adjudicação em 2005)								Comáfido Helisul/Helicoperos del Suresta							

Observações

- (1) - No momento da adjudicação das 7 primeiras procedimentos listados, a taxa de IVA em vigor era de 18%. Nesse sentido, foi essa a taxa considerada, com excepção dos dois últimos procedimentos por ajuste directo efectuados, realizados para a Base Chafes, portanto, em momento em que já se encontrava em vigor a taxa de 21%.
- (2) - Dos 2050 dias de operação, foi estipulado que 7 helicópteros operassem durante 100 dias seguidos e 15 helicópteros durante 90 dias seguidos.
- (3) - Na indicação das horas suplementares foram arredondados os minutos para a unidade mais próxima.
- (4) - Relativamente ao custo total deste contrato, há a reafirmar que o montante de € 609 460 foi acrescido do IVA à taxa de 18%, sendo as seguintes prestações já pagas com IVA à taxa de 21%.
- (5) - Relativamente ao custo total deste contrato, há a reafirmar que o montante de € 1 620 600 foi acrescido do IVA à taxa de 18%, sendo as seguintes prestações já pagas com IVA à taxa de 21%.



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA  
GABINETE DO MINISTRO

CONTRATOS / PROCEDIMENTOS MEIOS AÉREOS 2006 - PERMANENTES

Concurso	Nº aeronaves	Valor aquisição (Sem IVA)	Valor aquisição (com IVA)	Nº horas Manobras (minutos)	Data assinatura contrato	Fornecimento	Início do pagamento	Adjudicatário	Encargo em 2006 (Sem IVA)	Encargo em 2007 (Sem IVA)		Encargo em 2008 e seguintes (Sem IVA)		
										Aquisição	Manobras		Total	
Concurso 01/CFM/2005 - Aquisição de 6 Helicópteros Médios	(1)	(2)	(3)	(4)	1-Jun-2006	1	1-Fev-2007			37.037.600,20 $(5) = (2) \times (6)$	3.752.100,00 $(7) = (3) / (1) \times (8)$	41.889.700,20 $(9) = (5) + (7)$	10.095.600,00 $(10) = (3) \times (1)$	
	8	42.162.200,00	4.106,00	2.400	1-Jun-2005	2	1-Set-2007	Heliportugal	4.215.220,81					
					1-Jun-2006	1	1-Jun-2007							
					1-Jun-2006	2	1-Out-2007							
					1-Jun-2006	1	1-Jun-2007							
Concurso 02/CFM/2005 - Aquisição de 4 Helicópteros Leves	(1)	(2)	(3)	(4)	1-Jun-2006	3	1-Fev-2007			1.865.800,00 $(5) = (2) \times (6)$	1.850.541,67 $(7) = (3) / (1) \times (8)$	3.849.441,67 $(9) = (5) + (7)$	3.862.000,00 $(10) = (3) \times (1)$	
	4	2.221.000,00	1.831,00	2.000	1-Jun-2006	1	1-Set-2007	Heliportugal	232.100,00					
					1-Jun-2006	3	1-Set-2007							
<b>Subtotal</b>										<b>4.437.379,81</b>		<b>45.638.603,97</b>		<b>13.957.600,00</b>





MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA  
GABINETE DO MINISTRO

CONTRATOS / PROCEDIMENTOS MEIOS AÉREOS 2006 - SAZONAIS

Designação do procedimento	Nº aeronaves	Valor de adjudicação	Custo da hora Extra		Duração		Adjudicatário	Data início execução contrato	Data conclusão contrato	Horas voe realizadas		Encargo em 2008	Encargo em 2009	Encargo em 2010	Encargo em 2011	
			Sem IVA	Com IVA	Dias	Horas Ano				Contratuals	Total					Sem IVA
Concurso 03/CP/2005 - Alugar de 6 helicópteros Ligeiros	6	2 139 000,00	1 500,00	1020	153		Aeronave	15-Mai-2005	15-Out-2005	1 050	1 050	2 130 000,00				
Concurso 04/CP/2005 - Alugar de 2 Aviãos passados Aviação	2	4 645 000,00	2 118,00	460	122		Coylla	15-Jun-2006	15-Out-2006 / 2007	450	450	3 119 700,00	3 119 700,00			
Concurso 05/CP/2005 - Alugar de 4 Helicópteros Médios	4	3 240 000,00	1 345,00	600	92		Aeronave	1-Jul-2006	30-Sep-2006 / 07 / 08	600	600	972 000,00	972 000,00	1 296 000,00		
Concurso 06/CP/2005 - Alugar de 16 Helicópteros Ligeiros com Balsa	16	34 820 000,00	2 800,00	2000	52		Comandante Helportugal / Helbravo	1-Jul-2006	30-Sep-2006 / 2010	2 000	2 000	6 064 000,00	6 994 000,00	6 964 000,00	6 964 000,00	
Concurso 07/CP/2005 - Alugar de 6 Avião Médios	6	12 562 176,00	1 340,00	2300	82		Aeronave	1-Jul-2006	30-Sep-2006 / 07 / 08							
Concurso 07/CP/2006 - Alugar de 8 Aviãos ligeiros	8				137		Aeronave	1-Jul-2006	15-Out-2006 / 07 / 08	2 300	2 300	3 708 652,80	3 708 652,80	4 044 659,43		
										Subtotal		18.617.232,23	14.764.362,90	13.704.869,43	6.944.000,00	5.864.000,00
										Total		1.622.879,34				

44 750 8480 18.617.232,23 14.764.362,90 13.704.869,43 6.944.000,00 5.864.000,00



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA  
GABINETE DO MINISTRO

Meios Aéreos de Combate aos Incêndios Florestais

Quadro Comparativo (2005 / 2006)

	<i>Dispositivo 2006</i>	<i>Dispositivo 2005</i>
Início do Dispositivo	15-Mai	01-Jul
Fim do dispositivo	15-Out	15-Out
		<i>Contratadas    Voadas</i>
Horas Totais	7.300 (3)	6.177    8.984
	(2)	
Dias Totais	5.190	4.533
Meios Totais (Dispositivo Máx.)	50	49
Custo Total em € (S/ IVA)	22.954.562 (1)	25.306.558

Observações:

(1) O custo total do dispositivo para 2006 é a estimativa usada para cabimentação, na medida em que a despesa efectiva depende do número de horas voadas, podendo ser menor ou maior.

(1) O custo do dispositivo para 2006 não inclui a despesa inerente ao teste do avião Beriev, que ascende a 1.546.000 (despesa não sujeita a IVA).

(1) No custo do dispositivo para 2006 está incluída a despesa de 4.437.330, correspondente à 1ª prestação (10%) da aquisição de helicópteros permanentes nos Concursos Públicos Internacionais (CPI) nº 1 e 2/GEPI/2005.

(2) Os dias e horas contratados em 2005 e 2006 não incluem as horas e dias totais voados pelos 2 helicópteros permanentes contratados em 2003, dado que, fora da época de maior risco, a sua missão principal não é a de combate a incêndios florestais. Os custos em ambos os anos (idênticos) estão incluídos no quadro.

(3) As horas dos meios de substituição contratados no âmbito dos CPI's 1 e 2, não tendo limite de horas, foram estimadas em 150h por aparelho.